

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: INEPAR S.A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES DOS ANOS 2014 A 2018

ACCOUNTING STATEMENT ANALYSIS: INEPAR S.A. INDUSTRY AND BUILDINGS FROM 2014 TO 2018

*Fernanda Rodrigues da Cruz*¹

*Shydyany Almeida Melo Alves*²

*Cleomar Teles Macedo*³

RESUMO: O tema dessa pesquisa é a análise das demonstrações contábeis e sua importância para a aplicação dos conhecimentos acadêmicos adquiridos, com vistas a verificar a situação econômico-financeira das empresas. O objetivo geral foi identificar o grau de endividamento e rentabilidade da empresa Inepar S/A, que se encontra em processo de recuperação judicial ajuizado. A metodologia utilizada foi o Estudo de Caso, com prioridade para a pesquisa bibliográfica, bem como a documental e a analítica descritiva. Concluiu-se, após o estudo, que a empresa mesmo não tendo índices acima do esperado nos anos analisados, conseguiu manter-se no mercado e está em evolução para um crescente positivo desses números, com uma expectativa de resultado ascendente.

Palavras-chave: Demonstrações Contábeis. Análise das Demonstrações Contábeis. Índices de Liquidez Financeira. Índices de Rentabilidade.

ABSTRACT: The subject of this research is about accounting statement analysis and its importance to academic knowledge acquired, in order to verify the financial situations in companies. The goal was to identify the indebtedness and profitability levels at Inepar S/A, which is undergoing judicial reorganization. The methodology applied was the Case Study with bibliography research priority, as well as the documental and descriptive analytics. It has been concluded that even the company results wasn't above the expected in the years analysed, it has been stabilized in the market and it is evolving to a numerical positive growing with an upward expectation of results.

Keywords: Accounting Statement. Accounting Statement Analysis, Financial Liquidity Ratio, Profitability Ratio.

Data de submissão: 03.agosto.2019

Data de aprovação: 29.novembro.2019

Identificação e disponibilidade: <http://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaICSA>

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho aborda a temática da Análise das Demonstrações Contábeis. A Análise das Demonstrações Contábeis visa transformar em informações os dados apresentados, para assim auxiliar na tomada de decisão mais adequada à realidade da organização. A partir desse método utilizado, será apresentada a análise das demonstrações financeiras da Inepar S.A., que no ano de 2014 foi ajuizado o processo de recuperação judicial.

Desde 2010 a economia mundial sofre oscilações e recessões, o que gerou instabilidades em todos os mercados econômicos. Muitas organizações ajuizaram processo de recuperação judicial, pois com a crise financeira tornou-se complexo cumprir com os passivos gerados.

O presente artigo contribuirá para demonstrar como se encontra a posição econômica, financeira e patrimonial da organização, colaborando para expor a outras como deve ser realizado o plano de recuperação judicial, os resultados atingidos a partir disso, e como este deve ser executado para atender às necessidades dos diversos usuários.

Para tanto, adotou-se a seguinte questão de pesquisa: Como se encontra a situação econômico-financeira da empresa Inepar S.A., na execução do processo de recuperação judicial a partir da análise das suas demonstrações contábeis dos anos 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018?

O objetivo geral desse trabalho é analisar a situação econômico-financeira da empresa Inepar S.A. a partir da Análise das Demonstrações Contábeis nos anos 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Como objetivos específicos tem-se a averiguação do êxito atingido com a execução do plano elaborado, verificar a solvência da entidade e se os índices estão satisfatórios.

A metodologia foi dividida em três etapas, de modo que a primeira se baseou em pesquisas bibliográficas, principalmente em artigos científicos e livros. A segunda etapa consistiu na análise documental em materiais disponibilizados pela própria organização analisada. A terceira e última etapa foi a pesquisa analítica explicativa, em que foram coletados e analisados dados da organização, a fim de desenvolver uma conclusão para a questão levantada nessa pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O debate teórico centra-se na análise das demonstrações contábeis, discutindo inicialmente a Contabilidade, enquanto Ciência Social, em seguida o conceito das

demonstrações contábeis, e finaliza com a análise dos índices e resultados alcançados por meio do estudo dos dados coletados.

De acordo com Marion (2009) analisar as Demonstrações Contábeis de uma organização nada mais é do que decompor, comparar e interpretar os demonstrativos financeiros da organização a fim de extrair informações e ter um diagnóstico da situação financeira.

Matarazzo (2010) completa que as demonstrações fornecem dados sobre a empresa, e por meio deles geram-se informações para tomadas de decisão. O autor destaca ainda, a necessidade de saber diferenciar dados e informações, ou seja, para ele “dados são números ou descrição de objetos, informações é a comunicação recebida que os dados gerados transmitem para a tomada de decisão”.

As Demonstrações Contábeis são formadas pelos seguintes instrumentos: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração do Valor Adicionado. Utilizando-se desses instrumentos pode-se realizar diversas análises da “saúde” da organização, como por exemplo análise horizontal e vertical que é a comparação da evolução dos índices financeiros comparando os exercícios. (MARION, 2009).

2.1 Contabilidade

Segundo estudos, a contabilidade existe desde 4.000 a. C. Na época em que o homem não tinha o conhecimento da leitura e da escrita, este fazia o pastoreio de suas ovelhas, e quando chegava o inverno recolhia seu rebanho para que não morressem de frio, sendo assim ficava em sua casa olhando seu rebanho e imaginava: existe a possibilidade que meu rebanho aumente de um inverno a outro?. A partir disso, os homens começaram a inventariar seus rebanhos utilizando pedras, e as guardavam para fazer comparações no próximo inverno. Para cada cabeça de ovelha eles colocavam uma pedra em uma caixa, desta forma controlavam o número de seu rebanho e tinham uma noção da quantidade de gado que detinham. (IUDÍCIBUS, MARION E FARIA, 2009)

Iudícibus, Marion e Faria (2009) afirmam que quando o inverno se findava, os pastores de ovelhas contavam o seu rebanho, e verificavam os nascimentos e as mortes de algumas de suas ovelhas. Quando morriam ovelhas, aproveitavam sua lã para comercializar. Novamente vinha o inverno e o processo recomeçava, ou seja, faziam a contagem de suas ovelhas e

comparavam com o inventário anterior, assim controlavam o aumento ou a diminuição do rebanho. Mesmo sem leitura e sem moedas já praticavam a contabilidade de forma empírica por meio dos desenhos que faziam para visualizar e controlar suas riquezas, ou seja, o seu patrimônio.

Para solidificar o surgimento da contabilidade existe a informação de que os banqueiros, no auge do século XIX, solicitavam às empresas que desejavam adquirir empréstimos a apresentação das demonstrações, naquela época o balanço. Marion (2002) ressalta que assim como era solicitada a apresentação do balanço a este que era analisado, a expressão Análise de Balanços perdura até os dias atuais.

Iudícibus, Marion e Faria (2009) citam que em 1494, na cidade de Veneza, um franciscano chamado Lucca Pacioli adotou um método de partidas dobradas, que basicamente consiste em demonstrar que para todo lançamento deve existir um débito e um crédito de igual valor.

Iudícibus, Marion e Faria (2009) afirmam que com o desenvolvimento da contabilidade surgiram as Escolas Italianas e as Escolas Americanas que estudavam e buscavam desenvolver métodos que melhor se adequassem para o conceito de contabilidade, a escola Italiana sofreu um declínio e o conceito das escolas americanas se fixaram e tiveram ascensão.

Para Iudícibus, Marion e Faria (2009), a contabilidade no Brasil tem evoluído a cada dia que passa acompanhando a realidade do mercado brasileiro e mundial, portanto a cada encerramento de exercício, as organizações apresentam suas demonstrações contábeis e a publicam conforme Comitê de Normas Contábeis Internacionais (IASC). Tem-se ainda outras entidades que atuam na área de contabilidade que são: CFC (Conselho Federal de Contabilidade); IBRACON (Instituto Brasileiro de Contabilidade) e CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Marion (2009) define contabilidade como um instrumento que é utilizado para tomada de decisão diante da quantidade de informações que ela fornece para os seus usuários, e ressalta também que a contabilidade é muito antiga e sempre foi utilizada com essa finalidade.

Silva (2007) define a principal função da contabilidade como preparação e geração de informações para os usuários no seu processo decisório. A contabilidade tem a finalidade de identificar, segregar e mensurar os eventos gerados pela organização. Ainda completa classificando os usuários em interno e externo. Os usuários internos são as pessoas que integram o corpo da entidade, como gerentes e diretores, e usam as informações geradas pela

contabilidade para o processo de tomada de decisão. Já os usuários externos são pessoas como investidores e fornecedores que utilizam as informações para orientar no processo decisório.

Marion (2009) destaca que a contabilidade pode ser feita tanto para pessoa física quanto para pessoa jurídica, desde que esse atenda a uma necessidade básica que é um volume considerável de movimentação para justificar a necessidade de se fazer a contabilidade.

Silva (2007) ainda descreve sobre os princípios contábeis ao qual a entidade deve seguir para realizar os registros de forma correta das suas operações. Ele destaca e descreve sobre os pilares da contabilidade que são denominados princípios, divididos em: Entidade, Continuidade, Oportunidade, Registro pelo Valor Original, Competência e Prudência. Cada um com sua especificidade e destinação.

Marion (2009) chama atenção para o objeto de estudo da contabilidade: o patrimônio, que pode ser definido como o conjunto de bens que a organização possui.

A análise da situação econômica da organização se dá por três pontos fundamentais: Liquidez (situação financeira), rentabilidade (situação econômica) e endividamento (estrutura de capital). Neste contexto, a situação financeira seria a sua capacidade de pagar suas dívidas, situação econômica o investimento realizado pelos sócios e por fim a estrutura de capital que representa o ganho da empresa.

2.2 Demonstrações Contábeis

As Demonstrações contábeis são a representação da posição patrimonial e financeira do desempenho das atividades da entidade, e são compostas por Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.

Conforme consta na NBC TG 19.41 (2009) as Demonstrações Contábeis, também chamadas de Demonstrações Financeiras representam por meio do Balanço Patrimonial (BP), a posição financeira e patrimonial da organização, pela Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresenta o desempenho financeiro e pelo DFC (Demonstração do Fluxo de Caixa) como está o fluxo de caixa da organização. DMPL (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido), DLPA (Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados), DRA (Demonstração do Resultado Acumulado), DVA (Demonstração do Valor Adicionado).

2.2.1 Balanço Patrimonial – BP

Quadro 1 – Balanço patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
<i>Ativo Circulante</i>	<i>Passivo Circulante</i>
<i>Disponíveis</i>	
<i>Estoques</i>	
<i>Despesas Antecipadas</i>	<i>Passivo Não Circulante</i>
ATIVO NÃO CIRCULANTE	
<i>Realizável a Longo Prazo</i>	<i>Patrimônio Líquido</i>
<i>Investimentos</i>	
<i>Imobilizado</i>	
<i>Intangível</i>	
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO

Fonte: Marion, 2018, p.25. Adaptado pelas autoras.

Marion (2005) define balanço patrimonial como uma das principais demonstrações contábeis utilizadas pelo meio para realizar determinadas operações, pois ela reflete a real posição financeira e patrimonial da organização.

Iudícibus (2010) diz que o balanço patrimonial tem por objetivo ilustrar o desempenho da empresa em certo momento atendendo critérios. Destacados em 3 elementos do patrimônio: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Braga (2009) define Balanço Patrimonial como uma demonstração que tem como objetivo apresentar a situação do patrimônio da organização em determinada data.

Iudícibus, Marion e Faria (2009) trata o balanço como a ferramenta mais importante para a área contábil, tendo em vista que nela pode conter informações sobre o presente e o passado da entidade na qual os usuários consiga identificar a capacidade da organização e se existe a necessidade de fazer ou não ajustes. Sendo assim o balanço patrimonial tem a finalidade de transmitir segurança na tomada de decisão evitando que erros passados possam se repetir e interferir nos resultados futuros.

No Ativo as contas estão dispostas em ordem decrescente e de acordo com seu grau de liquidez, dividida em grupos: **Ativo Circulante** - Disponibilidades, direitos realizáveis no curso do exercício e aplicação de recursos do exercício seguinte; e, **Ativo Não Circulante**: os quais são:

- Realizável à longo prazo: aqui são representadas as contas dos bens e direitos realizáveis após o fim do exercício seguinte, conforme Lei 6.404/1976 que trata das normativas das

Sociedades por Ações, aqui também são registradas as contas de atividades não operacionais realizadas por coligas, controladas e etc.

- Investimentos: registram-se aqui as operações que tem por objetivo produzir benefícios pela manutenção da atividade da sociedade.
- Ativo imobilizado: são registradas aqui as contas com bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da empresa.
- Ativo intangível: aqui são registradas as contas de bens incorpóreos que contribuirão para o resultado do exercício.

No Passivo as contas estão dispostas em ordem de grau de obrigatoriedade e grupos:

Passivo Circulante - Aqui são registradas as contas de obrigações que irão vencer no exercício seguinte. **Passivo Não Circulante** - aqui são registradas as obrigações com vencimentos após o exercício seguinte.

Patrimônio líquido: distribuem-se aqui o capital social, reservas de capital, reservas de avaliação, reservas de lucros, lucros ou prejuízos acumulados, ações ou cotas em tesouraria e ajustes de avaliação patrimonial.

2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Quadro 2 – Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
=	RECEITA DE VENDA
(-)	DEDUÇÕES DA RECEITA
=	RECEITA LIQUIDA
(-)	CMV
=	LUCRO BRUTO
(-)	DESPESAS OPERACIONAIS
=	LUCRO LIQUIDO ANTES DO IR/CSLL
(-)	PROVISÃO DO IR/CSLL
(-)	PARTICIPAÇÕES
=	LUCRO LIQUIDO

Fonte: Fávero, 2019, p.92. Adaptado pelas autoras.

Iudícibus, Marion e Faria (2009) afirmam que a Demonstração do Resultado do Exercício é o detalhamento do resultado das operações realizadas pela organização, já que nela são apresentadas as receitas, despesas e o resultado.

Qualia: a ciência em movimento, v.5, n.2, jul.-dez. 2019, p.65-88.

Segundo a visão de Marion (2003) a Demonstração do Resultado do Exercício é muito importante, pois ela dá uma perspectiva de como está o desenvolvimento da organização no desenrolar de suas atividades operacionais.

Favero (2009) descreve a Demonstração do Resultado do Exercício como uma ferramenta na qual a empresa verifica os seus resultados atingidos.

Iudícibus, Marion e Faria (2009) define como:

A estruturação de apresentação da demonstração do resultado deve ser planejada de forma a apresentar primeiro os elementos de maior potencial de rentabilidade no futuro, tais como receitas operacionais, líquidas das deduções diretas logo em seguida deduzindo-se as despesas operacionais diretamente atribuíveis as receitas. Em seguida as demais despesas operacionais atribuídas ao período chegando-se ao resultado operacional, o principal elemento de resultado da Demonstração. Em seguida, os demais elementos positivos e negativos da formação do resultado.

2.2.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

Quadro 3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
DESCRIÇÃO	CAPITAL			RESERVAS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
	SUBSCRITO	A REALIZAR	REALIZADO	CAPITAL	LUCROS		
SALDO ANO ANTERIOR							
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
AUMENTOS DE CAPITAL							
REVERSÕES DE RESERVAS							
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							
DESTINAÇÕES DO LUCRO							
RESERVAS							
DIVIDENDOS							
SALDO DO ANO ATUAL							

Fonte: Silva, 2000, p.218. Adaptado pelas autoras.

Segundo Silva (2000), a Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, também chamada de DMPL, proporciona a visualização da movimentação do capital próprio durante o exercício.

Para Favero (2009) a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido explica alterações no patrimônio líquido da organização em um determinado período de tempo.

Na visão de Iudícibus, Marion e Faria (2009) Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido é o componente que indica as movimentações internas das contas do Patrimônio Líquido, além de informar sobre os lucros e prejuízos acumulados.

2.2.4 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA

Quadro 4 – Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	
SALDO ANTERIOR	
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	
RESERVAS DIVERSAS	
REVERSÃO DAS RESERVAS	
DIVIDENDO DECLARADO	
SALDO FINAL	

Fonte: FAVERO (2009, p. 94), adaptado pelas autoras

A demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados evidencia os resultados e as alterações dos exercícios em anos anteriores. Para as organizações LTDA pode utilizar-se dessa demonstração para apresentar a DMPL, pois as informações podem ser consolidadas, conforme explica Favero (2009).

Hernandes (2009) define DLPA como a demonstração responsável por evidenciar o resultado líquido do período apurado, a distribuição e como foi realizada a movimentação desses saldos nas contas de lucros ou prejuízos acumulados.

2.2.5 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

Quadro 5 – Demonstração do Valor Adicionado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
DESCRIÇÃO	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	MOEDA CONSTANTE
RECEITAS		
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
VALOR ADICIONADO BRUTO		
RETENÇÕES		
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		

Fonte: FAVERO (2009, p. 98), adaptado pelas autoras

De acordo com Favero (2009), essa demonstração é utilizada pela organização a fim de evidenciar a riqueza que foi gerada e como esta foi distribuída.

Hernandez (2009) define DVA como o instrumento que demonstra como foi gerada a riqueza da organização e como foi realizada a sua distribuição.

2.2.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

Quadro 6 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

FLUXO DE CAIXA – INDIRETO		FLUXO DE CAIXA – DIRETO	
I - Fluxo das Operações		ATIVIDADES OPERACIONAIS	
(=) Resultado do Exercício		(+) Recebimento de Clientes	
(+) Depreciações		(-) Pagamento a Fornecedores	
(-) Aumento das Duplicatas a Receber		(-) Pagamento de aluguel	
(+) Diminuição dos Estoques		(-) Pagamento de salários	
(-) Diminuição dos Fornecedores		(=) Caixa Líquido das Atividades Operacionais	
(+) Aumento de contas a pagar e impostos a recolher		ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
(=) Caixa Gerado pelas Operações		(+) Compra de Moveis e Utensílios a vista	
II - Fluxo dos Investimentos		(+) Compra de Maquinas e Equipamentos	
(-) Aquisição de Investimentos/Imobilizados		(=) Caixa Líquido das Atividades de Investimento	
(+) Venda de Investimentos/Imobilizados		ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
(=) Caixa Gerado pelos Investimentos		Entrada de Recursos Próprios / Aumento de Capital	
III - Fluxos dos Financiamentos		(=) Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	
(+) Integralização do capital		(=) Caixa Líquido Operacional	
(+) Empréstimos Bancários		Saldo inicial das Disponibilidades	
(-) Amortização de Financiamentos		Saldo final das Disponibilidades	
(-) Pagamentos de dividendos			
(=) Caixa Gerado pelos Financiamentos			
Saldo inicial das Disponibilidades			
Saldo final das Disponibilidades			

Fonte: FAVERO (2009, p. 95), adaptado pelas autoras

Favero (2009) descreve que a Demonstração dos Fluxos de Caixa indica as variações no dinheiro da empresa, ou seja, entradas e saídas que ocorreram durante o exercício.

A Demonstração de Fluxo de Caixa é bastante utilizada devido à sua facilidade de execução e entendimento no que diz respeito ao dia a dia financeiro da entidade, pois nela é destacada as contas com liquidez imediata, segundo afirma Hernandez (2009).

2.3 Análise das Demonstrações Contábeis

Sá (2005) define Análise Contábil como o estudo detalhado e minucioso baseado nas normas contábeis dos fenômenos isolados ou em conjunto que ocorrem com o patrimônio da organização. O autor complementa com a Análise de Balanço que visa conhecer a capacidade de honrar com suas dívidas, a rentabilidade futura dela e a expectativa de expansão do negócio.

Atualmente o que mais se preza são os relatórios emitidos pela contabilidade, pois com eles é possível gerenciar e detalhar as informações que serão de extrema importância na tomada de decisão para os sócios. Sendo assim, destacam-se os relatórios que são obrigatórios de acordo com a legislação brasileira, e são conhecidos como demonstrações contábeis.

Silva (2009) define o objetivo das demonstrações como o método para apresentar as informações da posição financeira da organização, como foi o seu desempenho ao longo do exercício através das contas de resultado e o fluxo de caixa. Ele se baseia no que é dito pela norma CPC PME (2009), que as demonstrações devem atender algumas características que tornam essas informações úteis aos usuários.

2.3.1 Indicadores financeiros, capital de giro e necessidade de capital de giro

A análise de indicadores financeiros é o método no qual o administrador é capaz de gerenciar e executar o orçamento financeiro da entidade, sendo assim o cálculo é feito com as informações que estão contidas no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício.

Braga (2009) define os índices como forma de verificar o comportamento das movimentações financeiras da organização, por meio de comparações que tem como finalidade vincular quantidades monetárias e físicas apresentadas. São utilizados para realizar a análise estrutural, econômica e financeira. A análise estrutural visa evidenciar a origem e aplicação dos recursos que pode ser composto por capital de terceiros ou próprios, a econômica destaca a formação dos lucros em relação aos recursos investidos considerando os riscos e a financeira destaca a situação líquida e de solvência da organização fazendo uma correlação com sua liquidez e compromissos a pagar.

Os índices financeiros são utilizados para avaliar a eficácia que a empresa tem ao pagar suas obrigações, e é essencial que o gestor tenha sempre o acompanhamento de tais análises, pois cada empresa tem uma forma de extrair as informações que lhe será mais viável. Sendo assim pode-se dizer que os índices são divididos em: longo prazo, curto prazo e prazo intermediário.

O índice de curto prazo calcula-se fazendo a soma os direitos de curto prazo, ou seja, somam-se as dívidas de curto prazo e os valores encontrados são divididos um pelo outro. A partir do resultado tem-se o seguinte diagnóstico, que em conformidade com Braga (2009):

- Maior que 1: e possível liquidação das obrigações.
- Igual a 1: os direitos e obrigações são equivalentes.
- Menor que 1: não tem capacidade de liquidar suas obrigações de curto prazo.

2.3.2 Análise da Estrutura de Capital

Participação de Capitais de Terceiros (Endividamento). Para Hernandez (2009), Participações de Capital de Terceiros é o índice que revela o percentual de capital de terceiros que está sendo utilizado, ou seja, demonstra a dependência de recursos externos utilizados na organização, sendo assim quando maior pior.

$$\text{Participação de capital de terceiros} = (\text{Capital de Terceiros} / \text{Patrimônio Líquido}) \times 100$$

Composição do Endividamento, segundo Hernandez (2009), é o índice que demonstra a relação entre a dívida de curto prazo com a dívida de longo prazo.

$$\text{Composição do Endividamento} = (\text{Passivo Circulante} / \text{Capital de Terceiros}) \times 100$$

Imobilização do Patrimônio Líquido. Hernandez (2009) afirma que Imobilização do Patrimônio Líquido é o índice que demonstra o quanto do seu patrimônio líquido foi investido no seu imobilizado, quanto maior for esse número pior para entidade, pois indica que valor do patrimônio líquido investido em imobilizado é significativo.

$$\text{Imobilização do Patrimônio Líquido} = (\text{Imobilizado} / \text{Patrimônio Líquido}) \times 100$$

Imobilização dos Recursos não Correntes. Segundo Hernandez (2009), esse índice destaca quanto do patrimônio líquido foi destinado ao ativo permanente.

$$\text{Imobilização de Recursos não correntes} = (\text{Imobilizado} / \text{Patrimônio Líquido} + \text{Exigível a Longo Prazo}) \times 100$$

2.3.3 Índices de Liquidez

Conforme afirma Braga (2009), índices de liquidez são utilizados para avaliar a capacidade financeira de pagamento da organização, demonstrando o quanto a organização dispõe para honrar seus compromissos com terceiros, o objetivo principal é visualizar o grau de liquidez em uma linha do tempo.

Liquidez patrimonial – É a capacidade que o patrimônio tem para honrar com suas dívidas, que é calculado através do confronto das dívidas a pagar com os disponíveis, assim diz Sá (2005).

Liquidez geral – Tem como objetivo destacar quanto a organização tem em seus ativos tanto circulantes como os não circulantes para cada unidade monetária de dívida contida no passivo. Braga (2009) destaca que esse índice visa destacar a capacidade que a organização tem em liquidar todos os seus compromissos de curto e longo prazo.

$$\text{Liquidez Geral} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a LP}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$$

Liquidez corrente – Este índice apresenta uma relação imediata das disponibilidades, e as contas conversíveis com mais facilidade em moeda corrente para que a empresa possa arcar com suas dívidas, ou seja, quanto a organização possui de ativo circulante para cada passivo circulante.

$$\text{Liquidez Corrente} = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

Liquidez imediata – Como o próprio nome induz, é um índice utilizado para verificar a capacidade da organização em liquidar seus compromissos em curto prazo, definição de Assaf Neto (2010).

$$\text{Liquidez Imediata} = \text{Disponível} / \text{Passivo Circulante}$$

Liquidez seca – Está relacionada com as disponibilidades financeiras da organização. Segundo Braga (2009) este índice tem a finalidade de verificar se a organização tem como honrar com seus compromissos sem a necessidade de se desfazer de seus estoques. Sá (2005) define liquidez seca como a relação existente entre a soma dos disponíveis e realizáveis, menos os estoques e as dívidas de curto prazo.

$$\text{Liquidez seca} = (\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}) / \text{Passivo Circulante}$$

2.3.4 Índices de Rentabilidade

Os índices de rentabilidade têm como objetivo explicar como foi o ganho capital na organização, sendo assim pode ser considerado um aspecto econômico, tendo em vista que indica como foi o desenvolvimento das vendas, segundo afirma Braga (2009)

Matarazzo (2010) diz que Giro do Ativo é o total de vendas que foi para o ativo da entidade, ou seja, a receita líquida. É a avaliação de quantas vezes o ativo girou, sendo assim se transformando em dinheiro no período da venda realizada.

$$\text{Giro do Ativo} = \text{Receita Operacional Líquida} / \text{Ativo Total}$$

A Margem Líquida é utilizada para demonstrar o lucro líquido gerado por cada unidade comercializada.

Conforme afirma Silva (2010), Margem Líquida é o desempenho da lucratividade da empresa com a relação de vendas líquidas no período, compreendida pela venda bruta, subtraindo as deduções. Desta maneira, quanto maior o índice melhor para a entidade. Vale

ressaltar que o valor obtido juntamente com a média deverá ser verificado de acordo com cada região onde será feita essa prática.

$$\text{Margem Líquida} = \text{Resultado Líquido depois dos IR} / \text{Receita Operacional Líquida}$$

2.3.5 Insolvência de Kanitz

O Termômetro de Insolvência de Kanitz é uma ferramenta criada pelo estudioso Stephan Charles Kanitz, e tem como objetivo a realização do cálculo linear regressivo com variações não numéricas que são capazes de medir a solvência e insolvência das organizações (HERNANDES, 2009).

Para conseguir visualizar as posições que determinam a tendência da organização de falir ou não, foi criado um termômetro que indica três situações: Solvente, Penumbra e Insolvente.

$$\text{Fator de insolvência} = 0,05x_1 + 1,65x_2 + 3,55x_3 - 1,06x_4 - 0,33x_5$$

Onde:

X1 - Lucro Líquido / Patrimônio Líquido

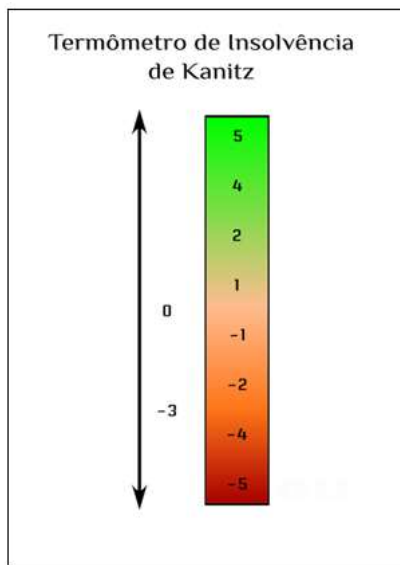
X2 – Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo.

X3 – Ativo Circulante – Estoques / Passivo Circulante

X4 – Ativo Circulante / Passivo Circulante

X5 – Passivo Circulante + Exigível à Longo Prazo / Patrimônio Líquido

Figura 1 - Termômetro



Fonte: Hernandes (2009). Adaptado pelos autores.

2.3.6 Grau de Alavancagem Financeira

Na visão de Hernandez (2009), a alavancagem financeira se estrutura com a utilização de capital de terceiros, pois é uma forma aceitável já que as organizações possuem receitas estáveis. Sendo assim o cálculo é feito com o capital próprio, que é representado pelo patrimônio líquido (RSPL), dividido pelo capital investido na entidade, ou seja, o total do ativo (RSA).

Para Martins e Assaf Neto (2009) a alavancagem financeira é a aplicação no ativo de recursos a uma taxa Z, tomado de terceiros a um custo X. A diferença desses valores volta para os proprietários alterando o retorno sobre o patrimônio líquido tanto positivamente quanto negativamente. Será diferente caso todo esse investimento seja apenas de recurso próprio.

$$\text{Grau de Alavancagem Financeira} = (\text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido}) / ((\text{Lucro Líquido} + \text{Despesas Financeiras}) / \text{Ativo Total})$$

2.4 A Importância da Análise das Demonstrações

A Análise das Demonstrações Contábeis tem como função a decomposição, comparação e interpretação dos dados apresentados, sendo que decompor é o cálculo dos índices de diversos indicadores econômicos – financeiros utilizando-se de dados extraídos dos demonstrativos da

organização, comparar é a confrontação dos resultados encontrados por meio dos indicadores da organização com os de outras empresas, e interpretação é a análise realizada pelo analista, em que ele dispõe a situação atual e tendências futuras pra organização, podendo também usar como base dados de outras organizações. (MATARAZZO, 2010).

Hernandez (2009) destaca a importância das análises, pois por meio desse estudo das demonstrações pode-se extrair informações com grande expressividade para a tomada de decisão financeiro econômico da organização.

3 METODOLOGIA

Esse estudo foi realizado a partir da análise das Demonstrações Contábeis da empresa Inepar S.A., englobando os índices financeiros, de liquidez e rentabilidade em um comparativo dos anos de 2014 a 2018. A tipologia dessa pesquisa é bibliográfica, documental e analítica explicativa.

A pesquisa bibliográfica é realizada com o intuito de coletar dados disponíveis sobre teorias, a fim de analisar, produzir ou explicar o objeto que está sendo investigado. A pesquisa bibliográfica visa então analisar as principais teorias de um tema, e pode ser realizada com diferentes finalidades. (KAIMEN, 2008).

Fontenelles (2009) afirma que pesquisa bibliográfica tem como base documentos já publicados, e é utilizada para compor e embasar a fundamentação teórica relacionando períodos, documentos, textos, etc. Esse tipo de pesquisa fornece um suporte para todas as etapas, pois auxilia na escolha do tema, na definição e determinação dos objetivos.

Pesquisa documental é um tipo de pesquisa que utiliza levantamento de documentos para dar fundamento a pesquisa. Tem um peso importante, pois os dados utilizados estão enumerados de forma qualitativa, conforme descreve Fontenelles (2009, p.6).

Os dados foram extraídos das demonstrações contábeis consolidadas, que estão disponíveis na Bolsa de Valores (www.bmfbovespa.com.br). A análise das relações das variáveis foi feita em uma análise de correlação.

Por meio do levantamento de dados, e embasado por diversos conceitos de vários autores conceituados e entendidos do assunto aqui tratado, este trabalho trará destaque à Análise das Demonstrações Contábeis. Para tanto, adotou-se a pesquisa analítica explicativa, que segundo Gil (2010) é o tipo de pesquisa mais aprofundada, utilizada para identificar fatores que

contribuem para os fatos. Vale ressaltar que esse tipo de pesquisa explica a razão e o porquê das coisas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A indústria Inepar S.A, reconhecida pela sua participação em grandes projetos de infraestrutura no Brasil e no exterior, teve o marco do início das suas atividades em 1953 com a fundação da Enco Ltda. Na época seu ramo de atividade era a realização de projetos de instalações elétricas, construção de redes e prestação de serviços de engenharia elétrica. Ao longo do tempo expandiu seu negócio para a comercialização de materiais elétricos, geração de energia, transporte, metrô, ferroviário, habitação e equipamentos.

Em combinação aos desafios financeiros, ao mercado financeiro que sofria uma crise a qual causou recessão para todas as atividades comerciais, a Inepar se viu obrigada a tomar atitudes para não “ser engolida” por tal crise. Diante de obrigações excessivas de serviço de dívida financeira inadequada e visando honrar com seus compromissos com as partes interessadas, e preservar a sua atividade empresarial, em agosto de 2014 foi ajuizado um pedido de recuperação judicial processo embasado na lei 11.101 de 09/02/2005, para reestruturar seus índices financeiros.

4.1 Análise dos Índices

Foram analisados os índices de rentabilidade, estrutura de capital e índices de capacidade financeira da empresa Inepar S.A, nos períodos de 2014 a 2018. A empresa colocou em ação um plano de recuperação judicial aprovado por uma Assembleia Geral dos Credores.

Figura 2: Índices de Liquidez

Quoeficientes de Liquidez (em milhares de reais R\$)		31/12/14	31/12/15	31/12/16	31/12/17	31/12/18
Liquidez Imediata (R\$) =	Disponível + Aplicações Temporárias	4.833	5.114	1.660	3.569	2.594
	Passivo Circulante	3.063.342	1.612.342	1.947.230	2.074.407	1.834.813
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Liquidez Corrente (R\$) =	Ativo Circulante	663.034	643.427	555.752	506.958	245.172
	Passivo Circulante	3.063.342	1.612.342	1.947.230	2.074.407	1.834.813
		0,22	0,40	0,29	0,24	0,13
Liquidez Seca (R\$) =	Ativo Circulante - Estoques	287.453	334.443	334.443	316.030	225.132
	Passivo Circulante	3.063.342	1.947.230	1.947.230	2.074.407	1.834.813
		0,09	0,17	0,17	0,15	0,12
Liquidez Geral (R\$) =	Ativo Circulante + Realizável L. Prazo	1.177.448	1.218.904	913.186	792.369	512.425
	Passivo Circulante + Exigível L. Prazo	4.173.631	2.635.003	2.916.858	3.092.844	3.060.507
		0,28	0,46	0,31	0,26	0,17

Fonte: Inepar S.A (2014 a 2018), adaptado pelas autoras.

Ao analisar os índices de liquidez da organização ao longo dos anos 2014 a 2018 pode-se constatar que mesmo com a implantação do processo de recuperação judicial o índice de liquidez imediata não teve avanços. Como já discutido no trabalho esse índice compara a capacidade da organização em realizar o pagamento dos seus compromissos com terceiros à curto prazo. O índice de liquidez corrente da organização visa demonstrar a relação imediata das disponibilidades e as contas com maior facilidade de conversão em moeda com as dívidas, e na Inepar em comparação do ano 2014 com ano de 2015 houve uma evolução ascendente desse número, mas nos anos que seguiram esse índice foi caindo.

O índice de liquidez seca destaca a capacidade da organização de honrar com seus compromissos sem a necessidade de desfazer dos seus estoques, e no contexto da empresa analisada, pode-se analisar que este índice no ano de 2014 estava quase a zero, no ano de 2015 ele teve uma ascensão e no ano de 2016 ele se manteve. Nos anos 2017 e 2018 houve uma queda, mas nada que causasse impacto positivo ou negativo para a organização. O índice de liquidez geral tem como objetivo destacar quanto a organização tem de ativos para cada unidade monetária de passivo, organizações com índices acima de 1,0 tem-se uma leitura de que ela tem a capacidade de honrar com seus compromissos e que ainda existe um saldo positivo em seu ativo. A Inepar apresenta índices abaixo de 0,50 centavos por cada 1,00 de dívida passando por oscilações entre os anos.

Figura 3: Índices de Endividamento

Quocientes de Endividamento (em milhares de reais R\$)		31/12/14	31/12/15	31/12/16	31/12/17	31/12/18
Participação de Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido (%)	Exigível Total	4.173.631	2.635.003	2.916.858	3.092.844	3.060.507
	Patrimônio Líquido	(1.503.127)	(349.448)	(967.463)	(1.283.850)	(1.587.478)
		-278%	-754%	-301%	-241%	-193%
Participação de Capital de Terceiros sobre os Recursos Totais (%)	Exigível Total	4.173.631	2.635.003	2.916.858	3.092.844	3.060.507
	Exigível Total + Patrimônio Líquido	2.670.504	2.285.555	1.949.395	1.808.994	1.473.029
		156%	115%	150%	171%	208%
Participação de Dívida de Curto Prazo sobre o Endividamento Total (%)	Passivo Circulante	3.063.342	1.612.342	1.947.230	2.074.407	1.834.813
	Exigível Total	4.173.631	2.635.003	2.916.858	3.092.844	3.060.507
		73%	61%	67%	67%	60%

Fonte: Inepar S.A (2014 a 2018), adaptado pelas autoras.

Nos índices de endividamento são destacados vários números relevantes para a organização. O índice que destaca a participação de capital de terceiros visa demonstrar o quanto está sendo utilizado de capitais de terceiros para manter as atividades da organização. Na organização analisada pode-se verificar que o valor de dependência do capital de terceiros reduziu ao longo dos anos comparados, e até o ano que é analisado não é visto como um número positivo para tal dependência, mas é possível verificar que a organização caminha para um resultado positivo. Grande parte das dívidas que a organização possui, são dívidas tributárias

que conforme o plano de recuperação, deverão ser abatidas com créditos de todas as empresas do grupo.

Figura 4 - Índices de Rentabilidade

Quocientes de Rentabilidade (em milhares de reais R\$)		31/12/14	31/12/15	31/12/16	31/12/17	31/12/18
Giro do Ativo (R\$)	Receita Operacional Líquida	619.331	451.017	68.850	39.803	48.867
	Ativo Total	2.670.504	2.285.555	555.752	506.958	245.172
		0,23	0,20	0,12	0,08	0,20
Margem Líquida (R\$)	Resultado Líquido Dps IR	(861.622)	(351.286)	(638.690)	(321.064)	(319.068)
	Receita Operacional Líquida	619.331	451.017	68.850	39.803	48.867
		-1,39	-0,78	-9,28	-8,07	-6,53

Fonte: Inepar S.A (2014 a 2018), adaptado pelas autoras.

O giro do ativo é a relação de quantas vezes o ativo girou se tornando receita líquida para a organização. Pode-se analisar que o giro dos ativos da Inepar se comportam de forma desigual ao longo dos anos analisados, que teve uma baixa significativa no ano de 2017 e no ano de 2018 teve uma pequena ascensão. A margem líquida é o quanto a empresa obteve de lucro para cada R\$100,00 vendido, e na análise de todos os anos de 2014 a 2018 da Inepar ela não obteve lucro, logo sua margem líquida de todos os anos foi negativa.

Figura 5: Insolvência de Kanitz

Fator de Insolvência = 0,05X1 + 1,65X2 + 3,55X3 - 1,06X4 - 0,33X5											
X1	Resultado Líquido Dps IR	(861.622)	-0,57	(351.286)	-1,01	(638.690)	-0,66	(321.064)	-0,25	28.284	0,02
	Patrimônio Líquido	(1.503.127)		(349.448)		(967.463)		(1.283.850)		(1.587.478)	
X2	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo	1.177.448	0,28	1.218.904	0,46	913.186	0,31	792.369	0,26	512.425	0,17
	Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	4.173.631		2.635.003		2.916.858		3.092.844		3.060.507	
X3	Ativo Circulante - Estoques	287.453	0,09	334.443	0,21	334.443	0,17	316.030	0,15	225.132	0,12
	Passivo Circulante	3.063.342		1.612.342		1.947.230		2.074.407		1.834.813	
X4	Ativo Circulante	663.034	0,22	643.427	0,40	555.752	0,29	506.958	0,24	245.172	0,13
	Passivo Circulante	3.063.342		1.612.342		1.947.230		2.074.407		1.834.813	
X5	Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	4.173.631	2,78	2.635.003	7,54	2.916.858	3,01	3.092.844	2,41	3.060.507	1,93
	Patrimônio Líquido	(1.503.127)		(349.448)		(967.463)		(1.283.850)		(1.587.478)	
Fator de Insolvência 2014										(0,38)	
Fator de Insolvência 2015										(1,46)	
Fator de Insolvência 2016										(0,20)	
Fator de Insolvência 2017										(0,10)	
Fator de Insolvência 2018										(0,07)	

Fonte: Inepar S.A (2014 a 2018), adaptado pelas autoras.

Analisando a insolvência de Kanitz é possível verificar o estado financeiro da organização. Conforme citado anteriormente nessa pesquisa quando o resultado do cálculo estiver positivo, ou seja, acima do marco zero (0) considera-se que a organização esta com saúde financeira solvente nas suas operações. Quando esse índice se encontra de zero (0) a três negativo (-3) a solvência financeira da organização é incerta, por esse motivo é chamado de penumbra. Vale ressaltar que quando a organização se encontra com esses números é importante que se tenha uma atenção maior com as operações. Quando esse número se encontra

menor que três negativo (-3) a organização encontra-se em uma situação financeira ruim e caso não haja uma reorganização das operações, o processo de falência será certo para a empresa.

Os valores encontrados analisando os números da Inepar são negativos, e mostra que uma atenção especial deve ser dada às operações da organização, porém de acordo com os conceitos estudados a organização ficou nos 5 anos analisados em um período de penumbra, no qual não se existe a possibilidade de fazer uma análise mais minuciosa da posição de solvência da organização.

Figura 6: Estrutura de Capital

Quocientes de Estrutura de Capital (em milhares de reais R\$)		31/12/14	31/12/15	31/12/16	31/12/17	31/12/18
Participação de terceiros %	Capital de terceiros	4.173.631	2.635.003	2.916.858	3.092.844	3.060.507
	Patrimônio Líquido	(1.503.127)	(349.448)	(967.463)	(1.283.850)	(1.587.478)
		-278%	-754%	-301%	-241%	-193%
Composição do Endividamento %	Passivo Circulante	3.063.342	1.612.342	1.947.230	2.074.407	1.834.813
	Capital de terceiros	4.173.631	2.635.003	2.916.858	3.092.844	3.060.507
		73%	61%	67%	67%	60%
Imobilização de recursos não correntes %	Ativo Imobilizado	411.502	381.675	361.832	345.995	283.268
	Patrimônio Líquido + (exigível a Longo Prazo)	2.670.504	2.285.555	1.949.395	1.808.994	1.473.029
		15%	17%	19%	19%	19%
Nível de Imobilização (%)	Ativo Imobilizado	411.502	381.675	361.832	345.995	283.268
	Patrimônio Líquido	(1.503.127)	(349.448)	(967.463)	(1.283.850)	(1.587.478)
		-27%	-109%	-37%	-27%	-18%

Fonte: Inepar S.A (2014 a 2018), adaptado pelas autoras.

Na análise da estrutura de capital é observa-se a participação de capital de terceiros, a composição de endividamento, quanto a empresa tem aplicado no seu imobilizado e qual o percentual foi destinado ao ativo permanente da organização. Na composição da estrutura de capital da Inepar pode-se perceber que a participação do capital de terceiros do ano de 2014 para o ano de 2015 praticamente quadruplicou de valor e nos anos que se subseguiram esse valor começou a reduzir, lembrando que quanto menor esse número for, melhor para os resultados da organização. A sua composição do endividamento no ano de 2014 girava em torno de 744%, ou seja, um valor muito alto já que o interessante para a organização é que esse percentual esteja cada vez menor já que ele representa as obrigações de curto prazo. No ano de 2015 e 2016 esse número teve uma queda, mas nos anos seguintes voltou a ter uma crescente significativa. A imobilização de recursos correntes é um número que demonstra o quanto a organização investiu nos seus ativos permanentes para cada R\$ 100,00 de patrimônio líquido, a Inepar apresentou índices com variações significativas desde um estado negativo no ano de 2014. O nível de imobilização representa os recursos não correntes destinados ao ativo permanente da organização. No ano de 2014 esse número era negativo, no ano de 2015 esse valor quadruplicou e nos anos seguintes ele teve uma redução, mas nada significativo, já que o percentual continuou negativo.

Figura 7 - Grau de Alavancagem Financeira

Grau de Alavancagem Financeira (em milhares de reais R\$)	31/12/14	31/12/15	31/12/16	31/12/17	31/12/18
$(\text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido}) / ((\text{Lucro Líquido} + \text{Despesas Financeiras}) / \text{Ativo Total})$	-1,23	-3,69	-1,50	-0,90	0,08

Fonte: Inepar S.A (2014 a 2018), adaptado pelas autoras.

No grau de alavancagem financeira é analisado o efeito de pegar recursos de terceiros gerando uma dívida, e espera-se que com o investimento desse valor a rentabilidade gerada cubra a dívida adquirida e ainda tenha resultado positivo. Porém os resultados que retornam sobre o patrimônio líquido são diferentes, tanto para mais quanto para menos do que de fato poderia ter sido alcançado se os recursos investidos fossem apenas próprios. Quando o valor encontrado é maior que 1, diz-se que essa empresa está com alavancagem financeira favorável, ou seja, o retorno do ativo total é superior ao capital de terceiros investidos. Já quando esse número é menor que 1, diz-se que essa empresa teve uma alavancagem financeira desfavorável, pois o capital de terceiros está consumindo uma parte considerável do patrimônio líquido e que mesmo havendo um retorno parte deste valor será destinado ao financiamento realizado por terceiros. Quando o número encontrado é igual a 1 entende-se que o risco financeiro é baixo, ou seja, não existe capital de terceiros na estrutura de capital. Na Inepar pode-se analisar que nos anos de 2014, 2015 e 2016 esse número ficou menor que 0, mostrando que os recursos de terceiros adquiridos não foram suficientes para geração de riquezas e pagamento dos juros sobre os valores aportados, nos anos que se seguiram de 2017 e 2018 o número encontrado foi menor que 1, deixando claro a preocupação de risco financeiro ainda existiria por um determinado tempo até que a estabilidade desejada pela organização fosse alcançada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema dessa pesquisa foi a análise das demonstrações contábeis, discutindo inicialmente a Contabilidade, enquanto Ciência Social, em seguida o conceito das demonstrações contábeis, análise dos índices e resultados alcançados por meio do estudo dos dados coletados.

A empresa Inepar, utilizada como estudo de caso está com processo de recuperação judicial homologado desde Agosto/2014, e o foco de ação do plano foi liquidar os passivos pendentes a fim de retomar as atividades econômico-financeiras da organização, que era a pioneira no seu mercado de atuação.

Para tanto, buscou-se responder a seguinte problemática: Como se encontra a situação econômico-financeira da empresa Inepar S.A. na execução do plano de recuperação judicial a partir da análise das suas demonstrações contábeis dos anos 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018?

No ano de 2014, quando se iniciou o processo de recuperação judicial da Inepar, a empresa possuía uma dívida que girava em torno de 4 bilhões, sendo que 70% desse valor estava composto por dívida tributária. O intuito de analisar esses índices ao longo dos quatro anos apresentados foi atingido, pois no ano de 2018 ela caminha para findar o plano de recuperação judicial com uma dívida de 1 bilhão.

No plano de recuperação judicial elaborado para atender as necessidades do Grupo Inepar foram utilizadas medidas como concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações do grupo, reorganização societária, venda parcial de ativos e emissão de valores mobiliários.

O objetivo geral do trabalho era identificar o grau de endividamento e rentabilidade da empresa Inepar S/A, a qual encontra-se em processo de recuperação judicial ajuizado, sendo assim o mesmo foi alcançado em partes pois ainda se encontra em execução no ano de 2019, e existe a proposta final do leilão de um dos principais ativos da organização que é uma unidade produtiva em Araraquara (SP). No leilão, a previsão é para que a mineira Geoterra arremate esse bem com um lance de R\$ 400.000,00 milhões e assume as dívidas tributárias restantes.

Com a análise dos dados e dos índices alcançados pode-se concluir que o processo de recuperação judicial para as empresas quando bem executados alinham expectativas da organização com a realidade do mercado, apresentando números satisfatórios para uma possível injeção na economia. Na empresa utilizada para estudo de caso, o processo visava, desde o início, que a organização pudesse retomar com suas atividades comerciais, já que a Inepar sempre teve uma importante posição como geradora de riquezas para a economia.

Sendo assim, esse estudo contribuiu para o desenvolvimento e entendimento de que sempre pode existir uma saída para as organizações, desde que elas estejam dispostas a se reestruturarem, de modo que se torna cada vez mais necessário estar atento às informações e aos estudos financeiros apresentados.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis: Estrutura, análise e interpretação**. 6.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento conceitual básico (R1): Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf> Acesso em: jul. 2019.

FAVERO, Hamilton Luiz. **Contabilidade**. 5.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

HERNANES, Jose Perez Junior; BEGALLI, Glaucos Antônio. **Elaboração e Análise das Demonstrações Contábeis**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDICIBUS, Sergio. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 5.ed. São Paulo: Editora Atlas.

MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo. Editora Atlas., 2007.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 7.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2012.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 10.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**. 7.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

SÁ, A Lopes de. **Dicionário de Contabilidade**. 10.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2005.

SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Contabilidade**. 2007. 264p. Graduação em Administração. UFSC. Florianópolis, 2007.

SILVA, Francisco Felipe da. Demonstrações Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (PMES) elaboradas a partir da Convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais. **Revista Brasileira de Contabilidade**. RCB nº 200. p. 51-69, 2013.

¹ FERNANDA RODRIGUES DA CRUZ - Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú; Graduanda em Ciências Contábeis pela Faculdade Alfredo Nasser. E-mail: fernandacruz1986@gmail.com.

² SHYDYANY ALMEIDA MELO ALVES - Graduada em Negócios Imobiliários pela Faculdade Alfredo Nasser. Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Alfredo Nasser. Pós-graduanda em Executivo em Controladoria e Finanças Corporativas pela Faculdade Alfredo Nasser. E-mail: shydyany.alves@gmail.com.

³ CLEOMAR TELES MACEDO - Especialista - MBA em Finanças e Controladoria - Uni-anhanguera-GO. Graduado em Ciências Contábeis - Universidade Salgado de Oliveira -Universo-GO. Graduado em Administração e Gestão Econômica - Faculdade Ávila de Ciências Humanas e Exatas. É professor na Faculdade Alfredo Nasser - UNIFAN. Tem experiência nas áreas de Administração, Contabilidade e Docência, com ênfase em Gestão de Custos, Controladoria, Fiscal, Administração Financeira e Orçamentária. E-mail: cleomarteles@hotmail.com.